



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL

PARECER JURÍDICO OPINATIVO

N.º 011/2023

Referência: Projeto de Lei n.º 10, de 1º de fevereiro de 2023, de autoria do Poder Executivo – “*Estabelece o Plano de Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Boa Vista do Sul e dá outras providências.*”

Solicitante: Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Assunto: Plano de Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município.

EMENTA: PROJETO DE LEI. PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO. POSSIBILIDADE DE ACORDO COM INTERESSE LOCAL (ART. 30, I, CF) E CONFORME ART. 40, CF.

I. Relatório

Cuida-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo que está nesta assessoria jurídica, nos termos do art. 136, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa Legislativa¹ a pedido da Comissão Técnica Permanente competente, e conforme disposto na Resolução 002/2013, para emissão de orientação técnica jurídica.

No caso em espécie, a proposição tem por objeto estabelecer o Plano de Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Boa Vista do Sul, o qual visa dar cobertura aos riscos a que

¹ Resolução n.º 03/2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

estão sujeitos os beneficiários, e compreende um conjunto de benefícios que atendam às finalidades de (I) cobertura dos eventos de incapacidade permanente para o trabalho e idade avançada; e (II) garantia de pensão por morte aos dependentes do segurado.

Destaca-se os seguintes aspectos tratados no projeto:

- a) Beneficiários (segurados e dependentes);
- b) Plano de benefícios: (I) para o segurado: aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho; aposentadoria compulsória; aposentadoria voluntária comum; aposentadoria voluntária especial para segurados com deficiência; aposentadoria voluntária especial para segurados cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes; e aposentadoria voluntária especial para segurados professores. (II) para o(s) dependente(s): pensão por morte;
- c) Regras relativas à concessão dos benefícios;
- d) Cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria;
- e) Regras de transição, cálculo e reajustamento dos benefícios concedidos com base nas regras de transição;
- f) Regras de acumulação de benefícios;
- g) Disposições gerais (Gratificação Natalina, Abono de Permanência, atualização cadastral de aposentados e pensionistas);
- h) Revogação parcial dos dispositivos da Lei Municipal n.º 446/2005, em vigência, que dispõem sobre a matéria.

Diante da complexidade do tema tratado, a Câmara de Vereadores convocou Audiência Pública, através do Edital de Convocação n.º 02/2023, já realizada em 06/02/2023, para debater a proposta (em conjunto com a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal n.º 01/2023, Projeto de Lei n.º 08/2023 e Projeto de Lei n.º 09/2023).





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

II. Fundamentação Jurídica

De acordo com a Constituição Federal (CF), os Municípios detêm competência legislativa nos termos do artigo 30, em especial em assuntos de interesse local (inciso I) e na suplementação da legislação federal e estadual, no que couber (inciso II).

O projeto de lei nº 010, de 1º de fevereiro de 2023, versa sobre assunto de interesse local, consoante disposto pelo art. 30, inciso I, CF/1988.

Em específico com relação à reforma previdenciária municipal, nos termos previstos neste projeto de lei, vejamos:

A Constituição Federal, em seu art. 40, *caput*, e inciso III, ambos com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103, de 2019, colocam da seguinte forma:

Art. 40 O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

[...]

III - no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo. (grifos meus)

Aliás, a Emenda Constitucional n.º 103, de 2019 promoveu uma reforma previdenciária, estabelecendo novas regras para os servidores federais. Na mesma linha, o Município de Boa Vista do Sul, com amparo dado pela referida Emenda Constitucional, através do Poder Executivo encaminha a proposição ora em análise, com finalidade de modificar regras previdenciárias na esfera do RPPS.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

Nesse caso, para as modificações pretendidas pelo ente municipal, a Constituição Federal, nos dispositivos acima mencionados, exige que haja emenda à respectiva Lei Orgânica do Município, o que já está em trâmite neste Poder Legislativo, assim como o estabelecimento dos demais requisitos para a aposentadoria em lei complementar, que é o objeto desta proposição.

Importa destacar que a presente proposição se trata de projeto de lei complementar, de maneira que o seu quórum de aprovação é a maioria absoluta, nos termos do art. 69, da Constituição Federal².

III. Conclusão

Considerando os fundamentos legais e constitucionais ora declinados, bem como a adaptação da matéria às normas formalísticas da técnica legislativa, esta Assessoria Jurídica **opina favoravelmente à tramitação da matéria** no Plenário da Câmara Municipal.

Impende comentar que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões especializadas, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação legítima do Parlamento. Dessa forma, a **opinião** jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer que submeto às considerações da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Boa Vista do Sul (RS), 10 de fevereiro de 2023.

Rosângela Bissolotti

Assessora Jurídica – OAB/RS 109.521

² Art. 69. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.